



REVISTA DE DIREITO DA CIDADE
EDITORIAL PARA O VOL. 16-4 (2024)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.04., 2024.
Maurício Jorge Pereira da Mota
DOI: 10.12957/rdc.2024.90723 | ISSN 2317-7721

A Revista de Direito da Cidade, indexada na Web of Science e no Google Scholar com mediana H5 de 14,0, de periodicidade trimestral, nesse volume 16, número 04, 2024, tem o prazer de informar que nossa Revista está indexada em diversas ferramentas de código aberto que são usadas por milhões todos os dias, em universidades, empresas e bibliotecas em todo o mundo, para descobrir, conectar e analisar produtos de pesquisa. São essas as ferramentas de código aberto onde a Revista de Direito da Cidade está indexada: FATCAT; ZDB; DOAJ; WEB OF SCIENCE; WIKIDATA; SUDOC; OPENALEX; EZB e CROSSREF.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “As manifestações do comum no direito brasileiro: discussões sobre a dicotomia público e privado, pensados a partir dos espaços públicos” de Virgínia Totti Guimarães.

O artigo “As manifestações do comum no direito brasileiro: discussões sobre a dicotomia público e privado, pensados a partir dos espaços públicos” discute as manifestações do comum no direito brasileiro, que auxilia na problematização da dicotomia público e privado. Os bens comuns são entendidos pelos(as) juristas como instrumentos políticos e constitucionais da satisfação direta das necessidades e dos direitos fundamentais da coletividade, com base na solidariedade e não exclusão. A discussão apresenta amplo reflexo no direito brasileiro, mesmo que ainda não se trate especificamente desta categoria, auxiliando no debate sobre a diminuição da fronteira entre direito público e privado, bem como a necessidade de se pensar instrumentos jurídicos para frear a lógica do mercado que estabeleçam restrições ou limites a direitos fundamentais e, ainda, restabelecer instrumentos participativos na tomada de decisões. Debateremos sobre a titularidade dos bens de uso comum do povo e os conceitos de interesse público (primário), bem como questões relevantes a respeito dos bens difusos, em especial, o meio ambiente. Com adoção de metodologia lógico-indutiva, a partir de uma revisão bibliográfica, pretendemos colocar em questão os instrumentos a disposição no direito atual brasileiro para manutenção e preservação dos espaços públicos ou se devemos pensar em novas modelagens jurídicas capazes de alcançar tais objetivos.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 16, número 02, 2024, publicamos 13 (treze) artigos inéditos, sendo todos eles escritos por professores doutores.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas: “Planos diretores estratégicos do Município de São Paulo e o incentivo à agricultura urbana paulistana” e “Smart cities sem favelas”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 420 pareceristas avaliadores.



Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota - Editor da Revista de Direito da Cidade

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

